

## O TEMPO NO TEATRO DE GIL VICENTE

Maria Perla Araújo Morais\*

**RESUMO:** *As peças vicentinas registram a crise do mundo feudal. Diante dos novos tempos, Gil Vicente disfece duras críticas aos valores e comportamentos portugueses do século XVI. Acredita que a sociedade portuguesa negligencia a questão religiosa ao se pautar numa vivência ritualística da fé. No aspecto econômico, atesta a escalada de uma economia mercantil, que proporciona ao homem português a possibilidade de ascensão social, em detrimento a uma ascese espiritual. Gil Vicente prega uma reforma, mas bem diferente da Reforma de Lutero. Antes, o teatro vicentino vislumbra uma vivência de um cristianismo primitivo em um país que se diferenciava em muitos sentidos daqueles que abraçaram o protestantismo. Em última instância, as peças de Gil Vicente versam sobre uma vivência complexa do tempo: uma experiência da eternidade e da ascese espiritual que se confronta com uma experiência do tempo mais mercantil. Analisaremos a discussão sobre o tempo cristão e o tempo como vivência mercantil em três obras de Gil Vicente: Auto da Barca do Inferno, Auto da Feira e Auto da Alma.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Gil Vicente, Teatro, Crise feudal*

**ABSTRACT:** *Gil Vicente's plays record the crisis of the feudal world. Facing new times, Gil Vicente makes harsh criticisms to the sixteenth century portuguese values and behaviors. He believes that the portuguese society neglects the religious issue by basing itself on a ritualistic experience of faith. In the economic aspect, he attests the rise of a market economy which gives the portuguese man the possibility of social mobility, rather than spiritual growth. Gil Vicente preaches a reform quite different from Luther's Reformation. The Vincentian theater foresees a primitive Christian experience in a country that is, in many ways, very different from those countries that embraced protestantism. In the end, Gil Vicente's plays deal with a complex experience of time: an experience of eternity and spiritual asceticism contrary to the experience of a mercantile time. We analyse the discussion about Christian time and time as a mercantile experience in three works by Gil Vicente: Auto da Barca do Inferno, Auto da Feira and Auto da Alma.*

**KEYWORDS:** *Gil Vicente, Theater, Feudal crisis*

O teatro vicentino registra uma sociedade portuguesa com valores em transformação no século XVI. É o momento em que o projeto da

---

\*Doutora em Literatura Comparada pela UFF. Professora do Curso de graduação e do Mestrado em Letras da Universidade Federal do Tocantins.

Europa Cristã começa a se esfacelar claramente, em que os filósofos gregos passam a ter interpretações distintas da Escolástica e a Vulgata ganha tradução para outras línguas. O sistema feudal que fornecia sentido à hierarquia eclesiástica rivaliza-se com um comércio impulsionado pelas navegações e pelo crescimento das cidades transformando as relações sociais. A Reforma Protestante, iniciada por Martim Lutero, questiona dogmas religiosos e a infalibilidade do Papa como intermediário entre os homens e Deus.

Gil Vicente viveu de 1465 a 1536. Sua primeira obra seria o *Monólogo do Vaqueiro* também chamado de *Auto da Visitação*, de 1502, que fora composta por ocasião do nascimento do príncipe, o futuro D. João III. Era o reinado de D. Manuel, o Venturoso (1495-1521) que se seguia a D. João II, o Príncipe Perfeito, e D. Afonso V, o Africano. António José Saraiva atesta nessa linha sucessória a mudança de perfil dos monarcas:

É precisamente a época da viragem, cujo principal herói é D. João II, aquela em que se situa a geração de Gil Vicente; testemunha da longa e humilhante decadência do último rei cavaleiro, cabeça de um bando de nobres saqueadores em campo de batalha, para dar lugar ao rei-comerciante, empresário da pimenta, chefe de uma sábia burocracia exploradora do ultramar; da decadência das Cortes cujo papel político activo e dirigente está ainda na memória de todos; da concentração da nobreza na Corte; da febre de aventura que todos os anos leva milhares de homens a saquear o Malabar (SARAIVA, 2000, p.14-15).

Portanto, Portugal, na época de Gil Vicente, estava assumindo um novo paradigma para a figura do rei, mesmo que se distanciasse e muito de outras nações europeias que articulavam melhor a burguesia às navegações.

Depois da primeira encenação teatral, Gil Vicente ficou com a incumbência de animar as festas da corte, o que acabou refletindo em suas peças. Trata-se, dessa maneira, de uma obra que se localiza “dentro dos limites da aceitabilidade palaciana” (ARAGÃO, 2002, p.238).

Uma das principais ideias debatidas pela obra de Gil Vicente é a relação entre o homem e a sua fé. É bastante crítico quanto a isso e, por essa crítica, o teatrólogo foi lido como protestante, excluindo-se nessa leitura o fato de Gil Vicente ter vivido na corte de um país onde o confessionalismo da monarquia era evidente.

Há um reformismo nas peças de Gil Vicente que não pode ser confundido com a Reforma Protestante. No século XVI, a Contrarreforma católica agiu de maneira eficaz na coibição dos protestantes em território luso. Gil Vicente pregava um cristianismo primitivo, em que a religião não fosse traduzida por domínio de rituais ou por práticas de comércio. Seu pensamento atesta um tempo em que coexistiam dentro da Igreja “correntes e tendências variadas a até contraditórias embora umas mais ortodoxas (isto é mais tradicionalistas) que outras” (SARAIVA, 2000, p.104). Observamos, com isso, um período religioso medieval vivaz a despeito da imagem das trevas que se faz dele.

A realidade religiosa de Gil Vicente era bem complexa, ademais porque não havia muita diferenciação entre heresia e ortodoxia até o Concílio de Trento (SARAIVA, 2000). A diferença entre fé e ciência, heresia e ortodoxia não nasce com o cristianismo, pelo contrário, é uma construção que vai aos poucos se afirmando e tornando a religião mais

rígida. Por isso, muitas posições defendidas por religiosos do século XV e XVI não devem ser interpretadas à luz de um pretense Luteranismo, quando, na realidade, a inquietação religiosa era um movimento comum dentro da Igreja. Além disso, o Luteranismo nasce mesmo desse ambiente de efervescência religiosa a que a Península Ibérica não ficou imune. Poderíamos filiar Gil Vicente a esse ambiente de existência de “variadas correntes doutrinárias” (SARAIVA, 2000, p.104).

Há uma tentativa de se criar uma linhagem do protestantismo dentro de Portugal com escritores como Gil Vicente e Alexandre Herculano, por exemplo, ignorando-se o ambiente religioso complexo no qual os escritores se inserem:

[...] ainda que tenham representado uma religiosa específica e diversa da homogeneidade estrita católica romana, esses indivíduos não desenvolveram grupos com expressão social suficiente para os definir como precursores de núcleos de cristianismo reformado. Por conseguinte, seria mais rigoroso perspectivá-los como defensores de um espírito de reforma (e não da Reforma), mas sobretudo como crentes críticos mas integrados no seio do catolicismo (LEITE, 2009, p.132).

Mas sabemos que, além de ser uma questão religiosa, o Luteranismo também estaria ligado a certas condições econômicas e sociais que foram de difícil penetração em Portugal. Para Saraiva (2000, p.52), observando os tipos sociais presentes nas peças vicentinas, “dir-se-ia que [...] o país é constituído por uma Corte dentro do campo”, tamanha a incipiência de figuras ligadas a uma burguesia marítima e comercial:

Notamos em especial a ausência quase completa das diversas profissões industriais, comerciais e marítimas que a expansão ultramarina não pode ter deixado de impulsionar nas nossas cidades. Quase não há mesterais nos autos de

Gil Vicente [...] (SARAIVA,2000, p.52).

Essa ausência, no entanto, pode ser também explicada, recorrendo ao fato de a expansão marítima portuguesa diferir de outros países europeus, por estar condicionada e monopolizada à nobreza e não a uma burguesia. Então, valores e práticas da burguesia mercantil e marítima estariam à mercê de uma corte, cujas “convenções cavaleirescas e nobiliárias” (SARAIVA, 2000, p.85) certamente interferiam na maneira como a mentalidade capitalista se operava em Portugal.

O local de fala de Gil Vicente é de dentro de uma Igreja Católica medieval, dentro do feudalismo, condenando os novos rumos da sociedade, porque identificava neles aspectos intoleráveis para uma moral e tempo cristãos: a ambição, a cobiça, o culto ao dinheiro e a procura do lucro desmedido. Em peças como *O Auto da Barca do Inferno*, *o Auto da Feira* e *o Auto da Alma* encontramos a prática do comércio sendo condenada, possibilitando pensar a reflexão crítica de Gil Vicente sobre a mudança da economia feudal para a formação do capitalismo moderno. Essas práticas incidem sobre uma maneira diferente de o homem perceber e se relacionar com o tempo. Gil Vicente registra como o comércio tornaria o tempo uma experiência humana diferente da vivência feudal.

Para Agamben (2005), o tempo cristão institui uma linha reta com direção e sentido; enquanto que experiência do tempo clássico estaria mais próxima a um círculo, em que tudo se repetiria. Vejamos o filósofo tratando dessa questão:

[...] em contraste com um tempo sem direção do mundo clássico, este tempo

tem uma direção e um sentido: ele se estende irreversivelmente da criação ao fim e tem um ponto de referência central na reencarnação de Cristo, que caracteriza o seu desenvolvimento como um progredir da queda inicial à redenção final. (AGAMBEN, 2005, p.113)

A perspectiva cristã instaura a vida como via única e progressiva para a salvação. Ao se dissociar dos astros, a experiência cristã daria ao tempo uma dimensão humana e estabeleceria, assim, as bases da historicidade. Entretanto, ao ser interiorizado, o tempo cristão foi transferido “do curso dos astros à duração interior” (AGAMBEN, 2005, p. 114) A concepção aristotélica do tempo, a experiência matematizada da antiguidade clássica permanecem na concepção cristã: “A eternidade, como o regime da divindade, tende a nulificar com o seu círculo imóvel a experiência humana do tempo.” (AGAMBEN, 2005, p.114)

Em Gil Vicente, vemos uma discussão sobre um tempo terreno, quantificado e voltado não para a salvação, mas para a escalada social. Assim, algumas peças tratam do tempo como uma experiência humana não de busca pela eternidade, mas de realização pontual de melhoria da vida no mundo.

No *Auto da Barca do Inferno* (1517), todos os personagens que, de alguma forma, lucram sem medida são atacados pelos versos de Gil Vicente. O teatrólogo cria uma peça cômica, mas também didática para listar o que faria uma pessoa ir para o paraíso ou para o inferno. Na peça, a salvação ou não seria acessada por duas Barcas: na do Paraíso, encontramos como barqueiro um Anjo; na do Inferno, um Diabo e seu Arrais. Pela vida pregressa, quase todos os personagens são sentenciados à

Barca do Inferno, apenas Joane, o parvo, e Quatro Cavaleiros que morreram nas Cruzadas adentram a Barca do Paraíso.

Os dois grupos separados formam uma visão maniqueísta da sociedade. De um lado, os que extorquem, pilham, mentem; de outro, os que não se preocupam com os bens mundanos.

Os personagens do grupo que irá para o inferno aparecem retratados defendendo valores contrários à teologia católica medieval: a usura, lucro excessivo, operações do comércio e o preço injusto. Os juristas fazem leituras subjetivas da lei e são facilmente corrompidos por dinheiro. Os que trabalham com o comércio exploram e são retratados como gananciosos e mentirosos.

Dentro do grupo que irá para o inferno, encontramos o Sapateiro, que aparece defendendo o lucro excessivo e o preço injusto. Vejamos esse personagem sendo desmascarado pelo Diabo:

Diabo: tu roubaste bem trint'anos  
o povo com teu mester.

Embarca, eramá pera ti,  
que há já muito que t'espero!

Sapateiro: Pois digo-te que não quero!

Diabo: Que te pês, hás-de ir, si, si!

Sapateiro: Quantas missas eu ouvi,  
não me hão elas de prestar?

Diabo: Ouvir missas, então roubar  
é o caminho per'aqui.

Sapateiro: E as ofertas, que darão?  
E as horas de finados?

Diabo: E os dinheiros mal levados,  
que foi da satisfação? (VICENTE, 2012, p.74)

O Diabo é um personagem que aparece em várias peças vicentinas. Sempre muito vivaz, é impossível de ser enganado. Conhece todos os truques da eloquência e comumente tem um argumento à frente de quem quer enganá-lo. Adapta sua linguagem e seu discurso a todos os grupos com que encontra, mostrando-se mestre da retórica. Nesta passagem, sem deixar de ser cômico, denuncia todos os pecados do sapateiro: sua exploração do povo por meio de sua profissão e sua vivência da religião centrada em rituais.

O mundo medieval, fundamentado no feudalismo, tem a Igreja Católica como um dos principais aliados para a manutenção da sociedade fechada em termos econômicos. Dentro dessa visão, não seria estranho condenar as atividades econômicas fora do feudo. Portanto, a crítica de Gil Vicente deve ser pensada como uma resistência a uma mudança econômica e não puramente moralista.

Outro personagem que expressaria essa mudança econômica é o Onzeneiro, o agiota, que vive de emprestar dinheiro a juros altos. Sua figura se populariza na Europa com o comércio e a movimentação de moedas. O agiota é ridicularizado do começo ao fim de sua passagem pela peça. Vem caracterizado por um bolsão, tenta corromper o Anjo para entrar na Barca do Paraíso, compra rezas das pessoas que deixou em vida. A maneira como se relaciona com o mundo e as pessoas é a partir das leis do comércio.

Jacques Le Goff (2004), no livro *A bolsa e a vida*, discorre sobre a usura. A usura, de acordo com o filósofo, não pode simplesmente ser vista

como sinônimo de juros. A usura estaria “onde não há produção ou transformação material de bens concretos” (LE GOFF, 2004, p.14) Para a Igreja, o dinheiro “dormiria”, no sentido de que, a partir dele, não era aceitável gerar mais dinheiro. A moeda seria usada apenas para troca de mercadorias.

Para Jacques Le Goff, a usura corresponderia ao “parto do capitalismo”, momento em que novos paradigmas econômicos se confrontam com a religião.

A usura. Que fenômeno oferece, mais do que este, durante sete séculos no Ocidente, do século XII ao XIX, uma mistura tão explosiva de economia e de religião, de dinheiro e de salvação — expressão de uma longa Idade Média, em que os homens novos eram esmagados sob os símbolos antigos, em que a modernidade trilhava dificilmente um caminho entre os tabus sagrados, em que as astúcias da história encontravam na repressão exercida pelo poder religioso os instrumentos do êxito terrestre? (LE GOFF, 2004, p.5)

A prática da usura ameaça ruir a sociedade medieval, na medida em que impulsiona a saída dos camponeses para a cidade e, em última instância, aponta para o perigo da fome. O usurário aparece em várias narrativas curtas chamadas de *exempla*, fazendo parte de um sermão, para que a prática seja rechaçada. É contra a natureza, pois trabalha sem parar, roubando aquilo que é dádiva de Deus: o tempo. Para a Igreja medieval, o usurário compra o intervalo de tempo entre o empréstimo e o pagamento, mas o tempo só pertenceria a Deus. O tempo, no sentido messiânico, não é uma experiência cronológica (ou tempo do relógio ou produtivo), mas uma experiência qualitativa do tempo vivido.

Na peça, o Onzeneiro morre no tempo da colheita, na hora em que estaria cobrando um tempo que seria de Deus. Gil Vicente deixa claro esse problema do tempo e sua relação com a usura. Numa nota irônica, o Onzeneiro morre no momento em que acha que é dono do tempo:

Onzeneiro: Pera onde caminhais?  
Diabo: Oh! que maora venhais,  
onzeneiro meu parente!  
Como tardastes vós tanto?  
Onzeneiro: Mais quisera eu lá tardar...  
Na safra do apanhar,  
me deu Saturno quebranto.  
Diabo: Ora mui muito m'espanto  
não vos livrar o dinheiro  
Onzeneiro: Solamente pera o barqueiro  
não me leixaram, nem tanto. (GIL VICENTE, 2012, p.69)

O Onzeneiro não consegue perceber a ironia do Diabo quando este ri do fato de o dinheiro não ter comprado o tempo de viver. O tempo não é do Onzeneiro, embora ele queira se apossar desse tempo (“Mais quisera eu lá tardar”). O Diabo ri desse desejo em vão, e o Onzeneiro lê o espanto do Diabo como uma simples questão comercial. Não percebe a crítica à tentativa de a usura se apossar do tempo.

Giorgio Agamben (2005, p.109) chama atenção para o fato de que toda cultura é uma “certa experiência do tempo” e não seria possível uma nova cultura “sem uma transformação desta experiência”. O que acreditamos que há nas peças de Gil Vicente é uma reflexão sobre o tempo a partir das transformações econômicas e sociais que a Europa passava. Trata-se de uma sobrevalorização de um tempo em que o Mercantilismo será motor de mudanças sociais.

Outro condenado por exercer as práticas do usurário seria o Judeu. Na realidade, pela perseguição religiosa, a ele restavam poucas práticas econômicas, como atividades liberais ou a medicina. Enquanto a prática de juros passou a ser generalizada na Idade Média, os judeus se tornaram cada vez mais “bodes expiatórios” de qualquer calamidade, o que incentivava o antissemitismo. A usura de um cristão era diferente da usura de um judeu. É tempo do tribunal inquisitorial, para aqueles que não professavam o catolicismo. Em 1496, um édito de D. Manuel I obrigava os judeus e muçulmanos a converterem-se ao cristianismo ou saírem do país. Os que se converteram são chamados de cristãos novos.

Os textos literários portugueses atestam essa imagem marginal do judeu. No *Auto da Barca do Inferno*, ele aparece para o Diabo com um “bode às costas”, querendo tirar vantagem de sua condição financeira. É o único personagem que não requer para si a Barca do Paraíso. Para ele, é até difícil entrar na Barca do Inferno:

Judeu:           Que vai cá, hou marinheiro?  
  
Diabo:           Oh! Que maora vieste!  
Judeu:           Cuj´é esta barca que preste?  
Diabo:           Esta barca é do barqueiro.  
Judeu:           Passai-me por meu dinheiro.  
Diabo:           E o bode há cá de vir?  
Judeu:           Pois também o bode há de ir.  
Diabo:           Que escussado passageiro. (VICENTE, 2012, p.83)

O Judeu quer comprar a sua passagem e a de seu bode na Barca do Inferno. Estaria, dessa forma, procurando obter algum “proveito material” com o seu dinheiro, reproduzindo um comportamento comum quando vivo,

na visão de Gil Vicente. Diante da negativa do Diabo, que não aceita a oferta de dinheiro, o Judeu recorre a argumentos de outra natureza:

Judeu: Por que não irá o judeu  
onde Brísida Vaz?  
Ao senhor meirinho apraz?  
Senhor meirinho, irei eu?  
Diabo: E, ò fidalgo, quem lhe deu...  
Judeu: O mando, dizes, do batel?  
Corregedor, coronel,  
castigai este sandeu![...]  
Fazes burla dos meirinhos?  
Dize, filho da cornuda! (VICENTE, 2012, p. 83-84)

É comum o antissemitismo em Portugal nessa época. É tanto que o Judeu é um personagem que, para se manter na Barca, recorre não aos seus atributos, mas a atributos de outrem. Ele não pode se afirmar por si só, por isso tem que contar com a anuência do Fidalgo.

Em outra peça, o *Auto da Feira* (1526), notamos o personagem chamado Tempo resistindo ao comércio. Junto com um Serafim, promove uma feira em que não se venderia mercadoria, mas se trocariam virtudes. O Tempo quer resistir a essa visão de que pode ser comprado:

Tempo Em nome daquele que rege nas praças  
de Anvers e Medina as feiras que tem,  
começa-se a feira chamada das Graças,  
à honra da Virgem parida em Belém.  
Quem quiser feirar,  
venha trocar, qu'eu não hei de vender;  
todas as virtudes que houverem mister,  
nesta minha tenda as podem achar,  
a troco de cousas que hão de trazer (GIL VICENTE, 2012, p.159).

Ao se fixar na troca e não na venda, o Tempo renuncia ao paradigma econômico que está posto em toda a Europa. Renunciando à compra e à

venda, o Tempo não quer ser percebido como um comércio. Antes, quer ser fruído como uma virtude, uma graça divina. Para o pensamento medieval, só Deus saberia nosso tempo na terra, mas o Onzeneiro, na peça que analisamos antes, insiste em acreditar que pode comprar o tempo. Esse personagem, portanto, está contrapondo uma apropriação econômica do tempo a uma noção de tempo como graça e, por última instância, está contrastando uma “ética radicalmente mercantil” a uma “ética feudal” (SARAIVA e LOPES, s.d., p.203). Na ética mercantil o homem não vende seu tempo em troca de dinheiro? Na orientação cristã o tempo é linear rumo à redenção. Na orientação mercantil, o tempo é estruturado como um processo, como um produto, com um antes e depois e seria isso, e não o Messias, que definiria a vida.

Aqui, há uma tentativa de se reestabelecer um tempo passado ao lado da crítica ao tempo presente:

Serafim:           Á feira, à feira, igrejas, mosteiros,  
pastores das almas, Papas adormidos;  
comprai aqui panos, mudai os vestidos, [...]  
Ó presidentes do Crucificado,  
lembrai-vos da vida dos santos pastores  
do tempo passado!

Ó Príncipes altos, império facundo,  
guardai-vos da ira do Senhor dos Céos; [...] (GIL VICENTE,  
2012, p.160)

Há a denúncia da Cristandade “toda gastada” e dos Estados que já não professam o “temor de Deos”. O Estado não alimenta a religião nem a religião ao Estado, o que seria uma amostra da dissolução do poder de Roma na Europa. O Tempo estaria disposto a trocar valores esquecidos,

como a paz, a justiça e o amor, para salvar esse sonho da Europa cristã, por isso propõe uma feira santa como as mundanas. O Tempo quer interferir no mercado, mas não gerar capital.

Entretanto, concorre com ele o Diabo e suas mercadorias sempre muito procuradas. Quando o Diabo aparece como mercador, Gil Vicente deixa entrever “algo de demoníaco no comércio” (SARAIVA e LOPES, s.d., p.203). O Diabo argumenta com o Tempo e com Serafim o seu lugar na feira santa. Diz que tem direito de estar lá pela lei da oferta e da procura: se o povo quer comprar o produto que o Diabo tem, por que não vendê-lo?

Diabo:        Senhor, apelo eu disso.  
                 Se eu fosse tão mau rapaz,  
                 que fizesse força a alguém,  
                 era isso muito bem;  
                 mas cada um veja o que faz,  
                 porque eu não forço ninguém.  
Se me vem comprar qualquer  
- clérigo, ou leigo, ou frade -  
falsas manhas de viver,  
muito por sua vontade,  
senhor, que lh'hei de fazer?

E se o que quer bispar  
há mister hipocresia,  
e com ela quer caçar,  
tendo eu tanta em perfia,  
porque lha hei de negar?  
E se ua doce freira  
vem à feira  
por comprar um ingoento,  
com que voe do convento,  
senhor, inda que não queira,  
lhe hei de dar aviamento. (GIL VICENTE, 2012, p.163-164)

Uma das características das peças vicentinas é a linguagem ser concebida como uma apropriação subjetiva e singular de cada grupo social. Nesse exemplo, o Diabo, excelente mercador, baseia sua argumentação em um discurso comercial ao afirmar que, se há procura de suas mercadorias, por que, então, não vendê-las? Diz que as pessoas vão procurá-lo por vontade própria e que não força ninguém a nada.

O Diabo se apoia na liberdade de escolha de cada um para justificar sua presença na feira. Defende, assim, um comércio livre, sem monopólios e com concorrência. Transporta, portanto, a proposta do Tempo e do Serafim para a questão econômica: não é aceitável que um mercador seja dono da feira, pois isso seria monopólio de mercado. O Diabo, portanto, defende a livre concorrência e a liberdade de escolha de cada um. O livre arbítrio é relido e recontextualizado na feira como liberdade de escolha comercial. O Diabo está afeito ao mundo mercantil, sabe suas regras e as argumentações para fomentar esse mundo.

Nessa peça, a reflexão sobre o mercado também se encontra em duas personagens, Marta e Branca, que encontram o Serafim com suas virtudes e discutem que ali não seria espaço para essas mercadorias:

- Serafim: Esta tenda tudo tem:  
vede vós o que quereis,  
que tudo se fará bem.
- Marta: Consciência quereis comprar,  
de que vistais vossa alma?  
Tendes sombreiros de palma  
muito bôs pera segar,  
e tapados pera a calma?

Serafim: Consciência, digo eu,  
que vos leve ao Paraíso.  
Branca: Não sabemos nós que é isso:  
dai-o ò decho por seu,  
que já não é tempo disso (VICENTE, 2012, p.177).

Marta e Branca vão à feira, procurando objetos; o Serafim, ao contrário, anuncia que aquela seria uma feira diferente das que havia na Idade Média. Com virtudes, a feira não é atrativa para as personagens, que buscam produtos. Branca adverte que aquele não seria mais tempo dessas virtudes. A vida não se estruturaria mais a partir do paradigma das graças divinas, mas dos bens do comércio.

A questão da salvação também é pensada em Gil Vicente como livre arbítrio. No *Auto da Alma* (1518), uma alma é tentada pelo Diabo e advertida por um Anjo. Nunca os dois personagens estão juntos. Quando o Anjo aparece reavivando na alma a crença em Deus e desapego do mundo, o Diabo não está. Quando a alma é tentada por joias, indumentárias e poder pelo Diabo, o Anjo não aparece. O que chama atenção nas tentações do Diabo é o fato de ele também pedir que a alma atente para o tempo. A alma aparece apressada, porque, de fato, ela estaria caminhando para a salvação. O Diabo, ao invés disso, pede a estagnação da alma para aproveitar o tempo da colheita:

Diabo: Todas as cousas com rezão  
têm sazão;  
senhora, eu vos direi  
meu parecer.  
Há i tempo de folgar,  
e idade de crecer,  
e outra idade

de mandar, e triunfar,  
e apanhar,  
e adquirir prosperidade,  
a que poder.

Ainda é cedo pera a morte;  
tempo há de arrepender  
e ir ao Céu. [...] (VICENTE, 2012, p.132-133)

O Diabo atenta para o tempo e as transformações sociais. O Anjo, ao contrário, oferece um tempo da eternidade, que seria o tempo da graça. Para o Anjo, o caminhar da alma seria uma ascensão para os céus; já para o Diabo o tempo oferece a possibilidade de outro caminhar: o da ascensão social. Caminhar para o diabo é uma apropriação dos bens que o mundo oferece e a vivência de um paraíso não nos céus, mas no próprio mundo. O único movimento permitido pelo Anjo é a ascese espiritual. O Diabo defende que a alma se apegue ao tempo de usufruir os valores e objetos mundanais, o tempo cronológico, para uma ascese social. Esse tempo é o das feiras, do comércio (“crescer”, “mandar”, “triunfar”, “apanhar”, “adquirir”). A esse tempo, o Anjo oferece à alma a eternidade, onde a graça e não o relógio lhe forneceria prazer e satisfação. Para entender um pouco o dilema que a alma estaria enfrentando, pensemos em como nos relacionamos com o tempo na contemporaneidade. Quanto mais vendemos nosso tempo, não há mais a sensação de poder e de felicidade? Quanto mais somos produtivos não temos a sensação de estarmos fazendo valer o nosso tempo? O tempo para nós também não é um comércio?

Gil Vicente, a partir de suas obras, apresenta alguns apontamentos sobre a relação do homem com o comércio. O viés crítico que explora para tratar dessa relação remonta a sua defesa de um Cristianismo primitivo e de

um mundo feudal que se ruía frente aos novos tempos. Ao abraçar a moeda, o lucro, o comércio, o homem substituíva valores cristãos por valores mercantis.

Hoje também discutimos a relação que o homem pode estabelecer com o mercado. Recentemente, em *La Nueva razón del mundo*, Pierre Dardot e Christian Laval (2013) defenderam como o neoliberalismo transforma profundamente as nossas sociedades, transformando-se em uma racionalidade. Os autores acreditam que essa racionalidade estrutura e organiza não só as diretrizes de quem nos governa, mas também a própria maneira como governamos nossa vida. Dessa forma, trata-se de uma racionalidade que é incorporada subjetivamente. Generaliza-se a “competência” como pressuposto de conduta e a “empresa” torna-se “modelo de subjetivação” (DARDOT e LAVAL, 2013, p.15) Mudanças econômicas se introjetam em nossa vida e em nossa própria linguagem. É preciso estar atento a essas articulações para que modernas formas de sujeições sejam questionadas.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História*; destruição da experiência e origem da história. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2005.

ARAGÃO, Ludmila. *Auto da alma*: uma alegoria tardo-medieval? Revista da Faculdade de Letras *Línguas e Literaturas*. Porto, XIX, 2002. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4761.pdf> Acesso em 05/06/2016

BERNADINELLI, Cleonice (org.) *Gil Vicente*: autos. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2012.

LAVAL, Christian e DARDOT, Pierre. *La nueva razón del mundo*; ensayo sobre la sociedade neoliberal. Trad. Alfonso Diez. Barcelona, Editorial Gedisa, 2013.

LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida*. Trad. Rogério Silveira Muoio. São Paulo, Brasiliense, 2004

LEITE, Rita Mendonça. *Representações do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea: da exclusão à liberdade de culto*. (1852-1911) Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2009.

SARAIVA, António José. *História da cultura em Portugal*; Gil Vicente, reflexo da crise. Vol II. Portugal, Gradiva, 2000.

SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. Porto, Porto Editora, s.d.